

A ATUAÇÃO TRANSNACIONAL E METANACIONAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

The Transnational and Metanational Network Activity of new Social Movements

Alexandre Honig GONÇALVES*
Guillermo Alfredo JOHNSON**
Lia Moretti e SILVA***

Resumo: Este artigo traz em suas laudas as argumentações e discussões teóricas pertinentes e atualizadas acerca da atuação transnacional e metanacional dos novos movimentos sociais que atuam em rede, com enfoque para a descrição e aplicação do termo metanacional, que perfaz em si a secundarização das fronteiras por meio da atuação dinâmica e diferenciada das organizações em espaços desvinculados de territórios específicos. A pesquisa deu-se por meio da pesquisa exploratória em dados secundários e as análises e considerações deram-se por meio da indução.

Palavras-chave: Redes sociais; Redes de redes; Internet.

Abstract: This article brings in its pages the pertinent and updated theoretical arguments and discussions about the transnational and metanational performance of the new social movements that act in network, with a focus on description and application of metanational term, which in itself represents the borders secondaryization through the organizations' dynamic and differentiated performance in

Introdução

A priori, é importante destacar ao leitor que o objetivo central deste artigo é: estabelecer uma reflexão teórica e crítica acerca da atuação transnacional e metanacional dos novos movimentos sociais em rede. A bibliografia utilizada é multidimensional, agregando consigo autores/pensadores e trabalhos das áreas da Geografia e da Sociologia, por exemplo. O método de pesquisa utilizado fora o mais clássico: exploratório bibliográfico em dados secundários e, a análise dos dados/argumentos coletados no levantamento deu-se por meio da indução.

Cabe ainda destacar que este texto faz parte do referencial teórico de uma

*Graduado em Relações Internacionais; Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD. Bolsista da FUNDECT MS. E-mail: alexandre.honiggoncalves@gmail.com

**Graduado em Psicologia; Mestre e Doutor em Sociologia Política. Docente da Universidade Federal da Grande Dourados: UFGD. E-mail: guillermojohnson@ufgd.edu.br

***Graduada em Administração; Mestre e Doutora em Administração. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: UFMS. E-mail: lia.silva@ufms.br

unrelated spaces and specific territories. The research was done through the exploratory inquiry on a secondary data and analyzes and considerations were given through the induction method.

Keywords: Social networks; Networking; Internet.

tese de doutorado em Geografia e, sua narrativa, argumentação e lógica de organização encontram ecos em uma perspectiva e uma pesquisa objetivamente verificáveis.

A *posteriori*, podemos iniciar o trabalho indicando que a ideia de rede não é algo recente na história na humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu contemporaneamente, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando ao longo do tempo e do contexto novas significações na medida em que o mundo vem se tornando mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das revoluções sociais, políticas, econômicas e culturais (COELHO NETO, 2013).

Assim, os múltiplos e difusos significados contemporâneos assumidos pela “rede” podem ser ordenados, segundo a compreensão de Musso (2004) em dois planos teóricos: a) como um modo de raciocínio, configurado como sendo um conceito e como uma tecnologia; b) como um modo de organização do espaço-tempo, configurando uma matriz técnica e a respectiva carga simbólica que esta ideia implica. Como um modo de raciocínio, esta rede se torna uma chave universal utilizada em diversos campos disciplinares para a explicação de sistemas complexos. Em contrapartida, como modo de organização do espaço-tempo, a rede é concebida e remetida à existência de

um denso, complexo e interligado sistema de infraestruturas técnicas que viabilizam as novas possibilidades de organização das sociedades e, apresenta-se como sendo fonte de transformação (ideológica) social, democrática, da liberdade de fluxos (gente e coisas), viabilizados pelas redes técnicas e, especialmente nas últimas décadas, pela ampliação do uso e aplicação da internet no cotidiano dos indivíduos e organizações (COELHO NETO, 2013).

Assim sendo:

Para além de seus usos metafóricos, a rede absorve, atualmente, a questão da mudança social, ela é a prótese técnica de utopia social. As verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias de comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação. A rede leva consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico do que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária. A rede indica um futuro libertador, ela é promessa de uma circulação generalizada e libertadora de fluxos de informações e das ondas econômicas. Esboço de uma democracia planetária, igualitária e autorregulada (...) (MUSSO, 2004, p. 34).

Por conseguinte, mais recentemente, a atuação de alguns movimentos sociais específicos (rurais e/ou urbanos), vinculara-se de maneira tão expressiva e intensa com relação ao espaço/território, que a Geografia - e, os pesquisadores/pensadores associados a ela - passaram a compreender o tema como sendo um foco pertinente e permanente de suas considerações acadêmicas, desenvolvendo convenientes, necessárias e extraordinárias pesquisas e reflexões críticas sobre o assunto.

Frente a esta conjuntura, o geógrafo/pesquisador Nelson Rodrigo Pedon, desenvolveu a tese de Doutorado em Geografia intitulada: “Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica (2009)” e, por conseguinte, o livro: “Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial (2013)”, em que descreve e analisa a situação supracitada, tornando-se uma notável e imprescindível referência ao assunto, para os geógrafos e àqueles que se interessam verdadeiramente sobre o tema em tela. Em comum, nas duas obras, como diferencial da abordagem de pesquisa, podemos observar a comunhão da perspectiva essencialmente/exclusivamente geográfica, indicando que os movimentos sociais se dão por meio de uma materialização socioterritorial/socioespacial específica sobre os territórios. Sobre esta condição, podemos observar e tomar os argumentos do autor para descrever algumas de suas considerações acerca do tema.

A partir desta perspectiva, um movimento socioterritorial, possui como um de seus atributos elementares, a conquista do território. Sua forma de realização dá-se por meio de uma ação efetiva de ocupação. Esta, por sua vez, prossegue

compreendida como sendo um processo sociopolítico extremamente complexo, em que se aglutinam elementos de luta popular de resistência contra as lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade capitalista vigente e, por conseguinte, seus desdobramentos sobre o próprio espaço/território. A ocupação, propriamente dita, desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, enquanto são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sujeitos sociais desterritorializados (PEDON, 2009, p. 173).

Em contrapartida, ainda segundo Pedon (2009, p. 173), a noção relativa a um movimento socioespacial é compreendida como sendo um processo, notadamente complexo de produção e criação de espaços, assim como, das relações que estabelecem seus limites. Constituem-se por meio de ações concretas e reprodução de relações sociais inovadoras, que combinam as múltiplas dimensões da vida social. Por conseguinte, a transformação do espaço é, concomitantemente, modificação da realidade - em caráter material - e, em igual medida: simbólica, abrangendo alterações nas ordens dos valores, práticas e culturas nos/dos lugares. Por conseguinte, este espaço é dimensionado/investido e tomado como sendo um território por meio da sinergia dos elementos transformadores.

Portanto, frente a esta argumentação do autor previamente citado, podemos compreender que há uma prerrogativa explícita nestas afirmações, indicando que os movimentos sociais e suas ações se dão - exclusivamente - se estiverem associados de modo inequívoco a um determinado espaço/território. Faz todo sentido, há uma importante lógica de compreensão e elementos empíricos que fundamentam essa assertiva, contudo, não concordamos com esta exclusividade vinculante dos elementos. Uma vez que compreendemos que podem haver outros meios possíveis para que os movimentos sociais se desenvolvam plenamente sem que, no entanto, estejam atrelados a um espaço/território exclusivo, rompendo e permeando fronteiras, de maneira tácita ou ostensiva. E, desta forma, buscamos estudá-los e compreendê-los por meio da conformação e utilização prática de redes (nacionais, transnacionais e metanacionais), como forma/estratégia de atuação para que os objetivos destes movimentos sociais sejam adequadamente alcançados - ou pelo menos, para que as demandas e as ações se efetivem legitimamente e autonomamente.

Novos movimentos sociais em rede: atuação transnacional e metanacional

Para dar fluidez a nossa argumentação e ponto de vista, buscamos amparo nas perspectivas teóricas e conceituais da pesquisadora/pensadora Ilse Scherer-Wareen, que indica-nos que deve haver uma compreensão da natureza e do sentido das lu-

tas dos movimentos sociais vinculados à realidade das sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais da atualidade, apresentando a temática das redes como sendo relevante neste contexto (específico), em que as fronteiras nacionais estão secundarizadas.

Desta feita, Scherer-Warren (1999, p. 3) estabelece que a noção relativa à conformação de redes de movimentos sociais é apropriada por estes atores/grupos sociais de maneira propositiva, com a finalidade de se concretizarem seus objetivos e estratégias de ação coletiva, fundamentados sobre uma cultura em que os atributos essenciais são os de solidariedade, cooperativismo, horizontalidade e democracia, com o intento maior de se formar uma organização/tecido social - geral - mais equilibrado, tanto em âmbito local, quanto global.

Especificamente, o estudo e interpretação dos movimentos sociais atuando sob uma perspectiva de redes, obteve seu alvorecer apenas nas últimas décadas do Século XX, ocasião em que este ponto de vista fora apropriado e passou a ser utilizado no discurso político dos próprios atores sociais. Nesse sentido (SCHERER-WARREN, 1993) observou que houve - na teoria e na prática - uma transição importante nas formas de aplicação das cosmologias políticas, ideológicas e interpretativas que permeavam os movimentos sociais e as organizações de base, em direção de atuações mais amplas, seja nos planos local, nacionais, regional, como no mais alto nível transnacional (SCHERER-WARREN, 2013) e, mais recentemente: metanacional.

Neste sentido, complementando esta abordagem, Acioli (2007) destacou que as análises dos movimentos sociais em redes devem dar-se por meio de três categorias: metafórico, analítico e tecnológico.

Complementares aos termos supracitados, com relação à dimensão analítica, ainda há uma subdivisão estabelecida em: a) espacialidade (com territorialidades de novos tipos, virtuais e presenciais e as interconexões entre ambas); b) temporalidade (com comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão e diálogo de tempos sociais distintos, com resgate de elementos culturais tradicionais que facilitam o erigir de uma releitura associada a críticas pós e/ou anticoloniais, ou ainda, anti-teorias da modernidade; c) sociabilidade (que por meio das redes, especialmente, as de caráter político, permite conectar vários tipos de relações e vínculos sociais). Pensando acerca do último ponto, os movimentos sociais que atuam em rede se permitem a reafirmação das formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias, que articulam dinamicamente os discursos e as estratégias de ação/reação contra as opressões de classe, raça, gênero, dentre outras, com a finalidade de que se edifique - mesmo que utopicamente -, um cenário emancipatório, na cultura e na política (SCHERER-WARREN, 2013).

Adicionalmente, retornando ao núcleo teórico/conceitual do tema, Barnes (1987), já indicava que as redes descreveriam/aglutinariam às formas e conteúdos inerentes as relações entre indivíduos, decorrente das conexões preexistentes no cotidiano (vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe social, dentre outras), tipificando-as pela condição da intensidade entre os elos desta rede. Adicionalmente, estas redes existem uma vez que são/estão definidas a partir da existência de um campo ético-político comum com relação a um tema específico, neste caso, notadamente atrelado às demandas de um movimento social - ou, vários -, no qual os atores coletivos com identidades diversas se articulam conformando redes de atuação conjunta, podendo ser de caráter local, transnacional e metanacional. Assim sendo, estas redes se caracterizam como sendo os meios pelo qual se dão as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos. Corroborando com esta perspectiva Silva et. al., (2012), que descreve a ideia de que estas redes devem ser pensadas e consideradas como sendo as áreas de atuação pragmática dos movimentos sociais, formada por grupos (pequenos ou grandes) que compartilham uma identidade coletiva, uma cultura de movimentos, comportam/aglutinam em si mensagens simbólicas que desafiam os padrões hegemônicos. Desta forma, propondo lutas, resistências e inovações culturais em prol do alcance de sua cidadania plena, seguindo com esta ideia para além das fronteiras nacionais se preciso.

Cabe destacar que por organizações com atuações metanacionais, compreendemos que são àquelas que possuem atributos semelhantes aos descritos por Santos (2006), em seu texto: "O desafio metanacional", em que o foco é a descrição e construção de um conceito/teoria voltado aos desafios de gestão da iniciativa privada e seus empreendimentos transnacionais frente à conjuntura internacional contemporânea - desafios e oportunidades -, mas que, todavia, podem ser ajustados e utilizados junto ao contexto e ao tema que abordamos presentemente, uma vez que pudemos perceber nesta narrativa, importantes características comuns e desejáveis que podem/devem ser compartilhadas, mesmo por organizações com focos de atuação tão distintos - e, até antagônicos - entre si, como àquelas voltadas aos movimentos sociais.

Assim sendo, as organizações metanacionais e suas redes não derivam sua vantagem competitiva dos seus países de origem e, buscam observar o mundo como se fosse uma tela global e sem fronteiras, integrada e dinâmica em que tecnologia, conhecimento, aptidões e culturas próprias de cada lugar ainda, que prosseguem inexplorados e espalhados mundo a fora, podem/devem ser mobilizados e canalizados adequadamente, ajustando estes elementos como uma forma mais eficaz para se alcançar resultados superiores. Vale frisar que o prefixo de

origem grega “meta”, possui o significado de “para além de”, que é um atributo essencial e diferenciador deste conceito (SANTOS, 2006, p. 70-71).

A saber, que as instituições que possuem uma abordagem/característica metanacional são àquelas que têm a capacidade de prospectar e mobilizar agentes e conhecimentos dispersos com a finalidade de criar inovações de alcance global. A partir de uma visão estratégica, ações pragmáticas e dinâmicas estabelecidas em função de uma perspectiva efetiva, cosmopolita e que transcende as noções de fronteiras e nações (SANTOS, 2006, p. 64). Neste caso, o etnocentrismo deve ser totalmente desvinculado das relações objetivas que se darão ao longo do processo.

Outro ponto importante a elencar é que esta forma de atuação denota que as instituições e seus empreendimentos podem estar em qualquer lugar e, concomitantemente, em lugar algum, uma vez que não há conexão alguma com territórios específicos e, as relações e os objetivos podem se der exclusivamente por meio virtual (por meio da Internet, por exemplo). Por sua vez, estas práticas se dão por meio do exercício e da utilização dos potenciais dos elementos dispersos e diferenciados, de natureza cada vez mais tácita e dependente do contexto, que são contatados e mobilizados por meio de novas estruturas e processos em torno de objetivos comuns, plataformas de comunicação globais, bem como por meio de uma rede mundial, conectada e funcional em tempo real, eficiente e flexível, que favorece e amplia as parcerias e alianças objetivas.

Desta feita, Santos (2006, p. 67), ainda cita como qualidade importante deste processo a dispersão geográfica mundial de capacidades, agentes e conhecimentos estratégicos, uma vez que as aglomerações nacionais e suas fronteiras passaram a não garantir acesso exclusivo a recursos, informações e conhecimentos críticos para as organizações modernas. Por sua vez, uma importante estratégia ao incremento destas ações se configura por meio das redes que criam malhas interdependentes e inter-relacionadas onde cada participante atua de modo incremental, edificando informações/inovações/ações com repercussão e reverberação ao longo de toda rede, buscando alcançar/balizar um objetivo comum. Entretanto, para que se exista uma coerência prática neste modo de pensar/agir, essa estrutura deve ser flexível ao longo do tempo, permitindo respostas rápidas e personalizadas face aos problemas/oportunidades surgidos ao longo deste tempo/espço de atuação da organização. Desta forma, abrindo portas à captação de experiências acumuladas, incrementado a capacidade de adaptação às mudanças das necessidades da organização (ABRANTES e CASTRO, 2005).

Desta forma, compreendemos que esta é uma característica que pode ser associada ao pragmatismo dos novos movimentos sociais que se utilizam das redes (ou, redes de redes), para se comunicarem, aprenderem, mobilizarem

recursos - humanos, financeiros, etc. -, resistirem e lutarem por seus ideais e objetivos concretos, de modo integrado e sinérgico em espaços e territórios físicos ou, mesmo: virtuais.

Assim sendo, pensando especificamente acerca dos movimentos sociais em termos de redes, podemos indicar que estes buscam caracterizarem-se e perceberem-se a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27). Portanto, para esta autora é preciso compreender os movimentos sociais inseridos no contexto atual do Século XXI em que surgem e urgem cada vez mais movimentos de caráter transnacional e metanacional. Ainda segundo a autora Scherer-Warren (2007, p. 45), esses movimentos emergentes são a síntese articulatória de vários submovimentos identitários que se conectam por meio de redes e são o resultado de todo um processo complexo de aproximação e diálogo entre os sujeitos sociais e suas demandas e contestações relativas aos interesses e valores de cidadania vinculados a determinado grupo/segmentos social que conformam uma sociedade.

Nesse sentido, a ideia de redes de movimentos sociais pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, aos quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e adequadamente transformadas. Mais especificamente Scherer-Warren (2006, p. 113), indica que os movimentos sociais em rede:

Constituem-se em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção que resulta das interações das múltiplas articulações (...), significando um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Como resultado deste processo, se conformam as redes e, estas pressupõe a identificação de que o movimento social se organize em torno de uma identidade/identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto/utopia, edificando e dando fluidez a múltiplas articulações que são viabilizadas por meio das redes dos próprios movimentos sociais. Por sua vez, na sociedade das redes os agentes/grupos sociais organizados percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade e corpo para que possam produzir algum impacto na esfera pública e obter suas conquistas em prol da cidadania. E, ao prosseguir deste modo, atribuem legitimidade as esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos e o Estado (SCHERER-WARREN, 2006).

Paralelamente, Scherer-Warren, (2011, p. 27), lembra/adverte que por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a opressão e a exclusão social, em diferentes dimensões. Por conseguinte, grupos historicamente subalternizados veem e se utilizam das articulações em rede como forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação para uma situação em que passam a ter seus direitos legitimados. Isso ocorre por que as redes aproximam e criam espaços dinâmicos (mediados ou não) de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos e outras redes diversas.

Todavia, cabe destacar que mesmo que se pressuponha uma relação mais horizontalizada e democrática nos movimentos sociais em rede, estas/estes, como em qualquer forma de relação social - ou, movimento social -, estão sujeitos a ocorrência de conflitos e de exercício/assimetria de poderes, mas, em igual medida, de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Deste modo, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem e superam as fragmentações dos próprios movimentos e, como desenvolvem práticas que levem o grupo à equação das diferenças em prol de um objetivo/cenário comum (SILVA, et. al., 2012).

Teoricamente/conceitualmente os grupos/ movimentos sociais que conformam as redes podem ser qualificados genericamente a partir da seguinte configuração, segundo (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112): a) associativismo local; b) articulação e mobilização na esfera pública. Outras dimensões analíticas relativas à edificação e atuação das redes estão implícitas em suas formas constitutivas. Scherer-Warren (2008, p. 511) especifica esses níveis em: I) organizativos; II) narrativo/doutrinal e III) social.

Frente a estes elementos, podemos compreender que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem as redes de movimentos sociais desenvolverem seus processos mobilizatórios, de modo articulado, buscando visibilidade e impacto midiático para além de seu espaço de atuação local e, seu território específico (SILVA, et. al., 2012).

Por meio destas redes as comunidades subalternas no mundo globalizado não estão restritas apenas ao localismo, mas são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores transnacionais e, as atravessam também, fazendo com que sua realidade vivida seja observada e experimentada. Fundindo-se ao amálgama dos conhecimentos e do cenário global. Desta forma, estão sujeitas a constantes processos de desterritorialização e re-teritorialização, resignificando-se social e culturalmente em uma importante dinâmica que se retroalimenta das próprias relações que se dão intrinsecamente a este quadro, trazendo consigo novas

oportunidades e, em igual medida, desafios para edificação de plataformas mais inclusivas de direitos humanos e para um civismo que não reduza esses povos/atores sociais a uma cidadania genérica e localista da modernidade. Para tanto, devem ser consideradas as redes como sendo um meio para que os movimentos sociais vinculados a estas comunidades subalternas estabeleçam um processo atualizado, com a inclusão de diferentes matizes identitárias e de valores autônomos frente a um contexto de formação pós-colonial (SCHERER-WARREN, 2011).

Assim sendo, prosseguem de modo híbrido, com a finalidade de que as culturas possam perder um pouco sua relação exclusiva com o território, todavia, ao mesmo passo que prosseguem ampliando qualitativamente e quantitativamente os ganhos com relação a sua capacidade de comunicação; captação e processamento de informações e, conhecimentos (CANCLINI, 2006, p. 348).

Desta feita, por meio das ações destas redes, os atores constroem e aplicam suas plataformas políticas e de significados simbólicos para as lutas, observando-se, por um lado, os direitos a diferença - dentro de determinados limites ideológicos e éticos - e, por outro, a unidade possível na ação - não necessariamente homogênea, mas certamente, complementar e solidária. Assim sendo, para que estas redes se mantenham sustentáveis ao longo do tempo é imperativo que exista/persista um ativismo em prol dos objetivos desta, não necessariamente um ativismo revolucionário, mas um mais ajustado à realidade atual, voltado aos valores relativos da democracia (verdadeira), da solidariedade (efetiva) e da cooperação (concreta) - elementos que tanto prosseguem em risco contemporaneamente no cenário mundial. Portanto, este ativismo contemporâneo tem buscado protagonizar um conjunto de ações orientadas a defender e trazer em voga os argumentos e as demandas dos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados. Portanto, esta nova configuração das militâncias prosseguem por este caminho em que o sujeito/ator está diretamente vinculado às ações em prol de si e, dos demais atores/sujeitos que compõem a rede - ou, as redes de redes.

Nesse sentido, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados, dos níveis locais aos globais e, de diferentes matizes organizacionais. Assim sendo, para além das fronteiras, esta conjunção possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existem diversidades de interesses e valores, mas que, todavia, coabitam e coadunam uma mesma cosmologia de ideias, dando força e compartilhando experiências que podem ser tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das reivindicações lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, permitindo aos movimentos sociais em rede passarem da defesa singular de um único sujeito identitário à defesa de

um sujeito plural e multifacetado, trazendo em voga uma perspectiva de transversalidade no que diz respeito às formas de luta e resistência dos grupos oprimidos. Essa transversalidade na demanda por direitos e cidadania implica o alargamento da concepção de direitos humanos - de fato - e, por conseguinte, a ampliação da base das mobilizações e das próprias redes de movimentos sociais. Portanto, são nesses espaços em que se edificam e se galvanizam o empoderamento político e simbólico das organizações que compõe as redes de movimentos sociais que se projetam para além das fronteiras nacionais e seguem permeando o cenário internacional (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112).

Por sua vez, podemos considerar que este quadro configura uma universalidade contingente e, em constante processo de atualização, com a inclusão das diferenças identitárias e de valores no contexto de uma formação discursiva adequada, pode e deve ser atingida pelos movimentos sociais por meio de suas redes de significados para uma cidadania inclusiva e plena. Todavia, precisamos destacar e ressaltar que estes avanços são lentos e reduzidos se os intelectuais e as lideranças políticas não apoiarem e acompanharem estas iniciativas por meio de políticas sociais efetivas, com ações afirmativas e reparadoras (SCHERER-WARREN, 2010).

Esses exercícios e articulações se tornam cada vez mais possíveis e viáveis, uma vez que há cada vez mais meios técnicos que os viabilizam, notadamente por meio da internet e suas redes sociais. Assim os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais dinâmicos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 111).

Neste sentido, Acioli (2007) considera o uso das tecnologias, notadamente o núcleo de tecnologias da informação - redes de informações, redes de conexões, redes temáticas, redes inter-organizacionais, ou seja: grupos que se utilizam destas redes como meio de acesso e difusão de informações (comuns /ou estratégicas). Por conseguinte, a apropriação das novas tecnologias, como a internet e suas redes sociais adjacentes, por movimentos sociais em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. As possibilidades surgidas deste fenômeno do ativismo digital são inúmeras. A partir da atuação de indivíduos/grupos em rede pelo internet, se torna possível ampliar e aprofundar reivindicações; difundir informações e discussões em busca de apoio para uma determinada causa; organizando e mobilizando elementos/sujeitos para ações on-line e off-line (de forma cada vez mais indissociável). Desta forma, (por enquanto) a internet tem se constituído com uma peça-chave para o novo ativismo, principalmente àquele desenvolvido por meio de redes (RIGITANO, 2003, p. 8). Destarte, esses movimentos, aos extrapolarem as fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo identificações múltiplas e dinâmicas que se configuram a partir de práticas discursivas e de ação política

baseados em estruturas transfronteiriças e completamente desterritorializadas, de modo híbrido, disperso e, em rede.

Por sua vez, Stresser (2010, p. 2), nos indica que o ativismo digital trata-se de uma nova forma de ação política; uma maneira de fazer política por meio de suportes cibernéticos, buscando a veiculação de um ideal através de uma mídia de grande alcance, é o ativismo contemporâneo praticado em rede, utilizando-se da internet como meio para tal.

Este cenário corrobora de maneira decisiva às estratégias de empoderamento organizacional vinculado aos movimentos sociais, especialmente, àqueles estabelecidos em redes, uma vez que estes se vinculam aos tipos de práticas articulatórias que as relações e as dinâmicas da atuação das redes possibilitam, tais como: articular discursivamente as redes presenciais (organizações e movimentos territorializados), com as redes virtuais (facebook, twitter, e-mails, etc.), fato que permite potencializar a visibilidade de suas demandas, articular indivíduos e coletivos (simpatizantes e militantes, respectivamente), ampliando e aprofundando a base de apoio ao próprio movimento e seus objetivos, enredando complexamente, ao longo deste processo, elementos das esferas do local, nacional e do global. Possibilitando que as redes atuem de modo transnacional e metanacional, se fortalecendo mutuamente para que, dando visibilidade aos sujeitos invisíveis, estes possam negociar com seus Estados e, buscar dirimir as várias formas de opressão (SCHERER-WARREN, 2010).

Este ciberativismo pode ser compreendido como uma forma alternativa ao monopólio exercido pelos meios de comunicação de massa e ao controle do discurso ideológico imposto por determinados segmentos sociais que conduzem os meios de comunicação tradicionais. Desta feita, os ativistas e os movimentos sociais encontraram na Web 2.0 um instrumento democrático, potencialmente expansivo e rizomático, capaz de fomentar debates na rede, de temas passíveis de cerceamento/censura na mídia corporativa e de outros já abordados pelos meios de comunicação de massa tradicionais, contudo, sem os filtros ou vieses na informação apresentados. Deste modo, sendo multiplicada pela capacidade exponencial da interatividade, a comunicação pró-ativa e participativa estabelecidas em redes passa a ser ressignificada na/para sociedade virtual/real contemporânea (DINIZ e CALEIRO, 2011).

Caracterizando uma forma inovadora em que se modulam as interações entre os movimentos sociais e seus objetivos, perpetrando uma nova onda de engajamento social - que se nota em várias partes do mundo -, que possui por atributo principal a desvinculação do espaço físico, sendo que as relações se estabelecem de modo direto e, por meio da mediação tecnológica. Esta conjuntura dá-se de modo efetivo, uma vez que adentramos em uma dimensão mais ampliada da era digital, em que

novos estilos de comunicação e conexão estão se formando e se tornando cada vez mais utilizados mundo a fora (ainda de modo fragmentado), mas, suficiente para que o exercício da comunicação via redes sociais de internet dê-se como estratégia sociopolítica pragmática, utilizada pelos atores sociais de gerações distintas, nor-teadas por um processo de informação (e, acesso a esta), diferenciados e aplicáveis em contextos diversificados, fundamentando um novo curso e um novo paradigma sócio-comunicacional e sociopolítico, expresso a partir das designações: comunicação em rede; mídias sociais e redes sociais (SILVA e PAIVA, 2013).

Por sua vez, as redes sociais da internet tem o poder de abrir caminhos para reivindicação de direitos, forjando comunidades de atividade ou interesse, distintas dos grupos conservadores de opinião da grande mídia/impressão (ANTOUN, 2004). Uma vez que nesta modernidade líquida a que estamos sendo inseridos (BAUMAN, 2001), em que tudo parece ocorrer muito rápido, ainda existe a necessidade de integração e resistência, por parte dos cidadãos comuns, ao processo de organização e participação na esfera pública, seja esta física, orgânica, ou: informacional/digital (SILVA e PAIVA, 2013).

A rede permite o estabelecimento de relações inter-usuários que valorizam a participação de indivíduos no meio digital por meio da interatividade. Por meio dela, é possível produzir material a partir de perspectivas multidimensionais, fundamentando um poder coletivo, por meio de diálogos em torno de interesses comuns e ações cooperativas e democráticas. Mais especificamente, a multiplicação de emissores e receptores de informações produzidas/disponibilizadas em tempo real, fornece/ fortalece aos movimentos sociais o caminho do engajamento para produção de uma nova sociedade. Dando uma nova dinâmica às ideologias hegemônicas e, mesmo, às contra-hegemônicas. Por conseguinte, esta nova configuração do espaço virtual, da internet e suas redes sociais, os movimentos sociais têm se reorganizado definitivamente em rede a fim de obter um alcance global aos seus objetivos e formas de mobilização, que incluem a transferência de dados como textos, imagens, sons, vídeos e a utilização de ferramentas que tornem viáveis uma maior divulgação e impacto de suas campanhas, tornando as mobilizações mais eficazes (DINIZ e CALEIRO, 2011).

Castells (2004, p. 170) indica neste sentido que a comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Desta forma, os movimentos sociais (que possuem a prerrogativa de defender e propor modos próprios de vida e sentido), constroem-se em torno de sistema de comunicação - leia-se: internet e redes sociais -, pois esta tem sido a principal via que estes movimentos têm encontrado para chegar àquelas pessoas que podem, eventualmente, partilhar de seus valores e, a partir deste ponto, atuar em função de uma sociedade mais justa em seu conjunto geral.

Contemplando o intenso fluxo de informações caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas, verificamos que a internet e suas redes sociais, se constituem como sendo um espaço-tempo adequado aos atores/movimentos sociais se organizarem, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos em uma telerealidade, possibilitadas por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não presencialidade, televivência e tempo real. Tudo isso é muito recente e os seus desdobramentos e consequências sociais, econômicas, políticas e culturais ainda estão germinando nos substratos sociais contemporâneos e, seus caminhos (e/ou descaminhos), vão depender da maneira que estas ferramentas serão utilizadas pelos seus usuários ao longo do tempo. Fatos que trazem consigo muitas possibilidades positivas, mas, em igual medida, desafios intensos (SILVA e PAIVA, 2013).

Assim sendo, a internet tem oferecido as melhores condições para que se edifique um processo reflexivo para que a recepção das mensagens ocorra de modo distinto daqueles apresentados pelas mídias tradicionais. Uma vez que se trata de um dispositivo na qual as interações podem tomar diferentes formas, com baixas barreiras de entrada e acesso, permitindo assim que a contrainformação, tão cara e necessária aos movimentos sociais - em função de coberturas tendenciosas e não reflexivas dos canais tradicionais de mídia -, se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que por meio de inserções em meios tradicionais de informação/comunicação. Nesse sentido, os movimentos sociais em rede, encontram na internet um meio capaz de fornecer as condições necessárias para a criação de canais informativos e comunicativos alternativos. Estes espaços eletrônicos/digitais são fundamentais para que os atores da sociedade civil possam interagir por meio da troca de informações e percepções sobre determinada questão. Por conseguinte, estes movimentos se utilizam da internet para trazer a esfera pública questões silenciadas/negligenciadas pelo *mainstream*, oferecendo espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando possível a inclusão destes temas na agenda da sociedade civil - local e global - e do Estado, retirando-os da "inexistência" (TAVARES e PAULA, 2013; PEREIRA, 2011).

Paralelamente a narrativa estabelecida nas últimas décadas, é importante indicarmos uma solene ressalva de ordem estritamente geográfica, fundamentada nos argumentos de Haesbaert (2003), uma vez que ao discutirmos a fluidez das redes e suas potencialidades para alcançar esferas transnacionais e metanacionais, inclusive, apropriando-se da dinâmica - tempo/espaço - da internet. Esta situação remete a desterritorialização como anulação das distâncias e como desmaterialização das relações sociais, pois a mobilidade crescente que rompe a fixidez que

tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade. Desta forma, o autor indica esta nova condição como sendo reticular/de redes, mais móvel e flexível, como se o próprio território não pudesse incorporar o movimento como constituinte central na formação de “território-rede em que os próprios processos de identificação podem se dar no/com movimento. Por conseguinte, ao invés de desterritorialização em termos de destruição de territórios bem delimitados e mutuamente excludentes, como na velha ordem estatal-wetfaliana, agora, versamos e pensamos acerca de uma territorialidade plural globalizada, onde se observa uma des-ordem territorial por meio de diversas lógicas de apropriação/aplicação/uso, desde as territorialidades de natureza política, mais abertas e menos excludentes, até àquelas mais marcadas por vínculos culturais e territorialismos inovadores em que as fronteiras nacionais são menos importantes que em outros aspectos.

Considerações finais

Contudo, é preciso notar que, por essência filosófica, a internet é limitada e, ela não faz o “movimento” só com cliques e trocas de mensagens. Depois de devidamente estruturada e, tendo seus atores mobilizados por meio das redes, é preciso trazer/levar a ação ao mundo real/presencial, agir organicamente nas ruas, rompendo fronteiras físicas e simbólicas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face, lutando de verdade - com suor, lágrimas e sangue, com vitórias e derrotas.

Por fim, é pertinente encerrar este texto indicando que defender que direitos universais consolidados se estendam aos amplos segmentos de subcidadãos e, que germinem ainda novos direitos que atendam às demandas por igualdade e reconhecimento das diferenças. Portanto, esta dinâmica exige um modo de se relacionar, que para além da escuta recíproca, exija solidariedade e horizontalidade nos compartilhamentos. Deste modo, mesmo em meio a um cenário tão árduo, opaco e obscuro, no que diz respeito aos caminhos que as sociedades vêm seguindo, é preciso (querer) enxergar os passos que são dados em direção à luz, de maneira autônoma e propositiva e, a atuação transnacional e metanacional dos movimentos sociais em rede podem ser um caminho de resistência e luta e, em igual medida, uma trilha viável à edificação de um cenário social, político e econômico mais equilibrado a todos e, não apenas a grupos específicos.

Referências

ABRANTES, A. C.; CASTRO, R. P. *Nova economia: o desafio de gerir conhecimento*. Porto: Universidade do Porto, 2005.

- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Rev. Inf. Inf.* v. 12. 2007.
- ANTOUN, H. *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Maud, 2008.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- CANCLINI, N. G. *Cultura híbrida*. São Paulo: Edusp, 2013.
- CASTELLS, M. *A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- COELHO NETO, A. S. Redes e territórios. *Rev. Mercator*. v. 12. n. 28. 2013.
- DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. *Rev. Cambiassu*. n. 8. 2011.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Rev. Boletim Gaúcho de Geografia*. n. 29. 2003.
- MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- _____. *Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2009.
- RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. BOCC. 2005.
- SANTOS, J. O desafio Metanacional. In.: TANURE, B.; DUARTE, R. G. *Gestão internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*. v. 01. n. 01. 2013.
- _____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In. SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- _____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*. n. 54. 2008.
- _____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In. SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Rev. Sociedade e Estado*. n. 1. 2006.
- _____. *Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, M. L. C.; GOMIDE, C. M.; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. *Rev. Serv. Soc. Soc.* n. 109. 2012.
- SILVA, I. D. F.; PAIVA, C. C. Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicações e direitos. In.: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Mossoró, ANAIS... Mossoró, 2013.
- STRESSER, R. *Ciberaivismo: a política 2.0*. (Dissertação: Mídias digitais). Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2010.
- TAVARES, W.; PAULA, A. P. P. Movimentos sociais em redes sociais virtuais: possibilidades de organizações de ações coletivas e ativistas no ciberespaço. In.: XXXVII Enanpad, Rio de Janeiro, ANAIS... Rio de Janeiro, 2013.